



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional
Diretoria de Alimentação Escolar

Despacho SEI-GDF SEE/SIAE/DIAE

Brasília-DF, 08 de outubro de 2019

À Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional - SIAE,

Tratam os autos de responsiva por parte desta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF quanto ao Ofício-GP nº 5126/2019-GP, documento [26269516](#), por meio do qual o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF encaminhou a Decisão nº 2639/2019, documento [26269693](#), exarada nos autos do Processo n.º 8920/2015-e, o qual trata da "Auditoria de regularidade realizada no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer do Distrito Federal com o objetivo de avaliar a regularidade do Programa de Alimentação Escolar, nos exercícios de 2014 e 2015".

Conforme encaminhamento da Unidade de Controle Interno - UCI desta Casa quanto à solicitação por parte do TCDF juntamente ao seu despacho [26405723](#), e após envio por parte desta Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional - SIAE juntamente ao despacho [26600504](#) para ciência e providências desta área técnica, a Diretoria de Alimentação Escolar - DIAE tece as suas considerações quanto à supracitada decisão e quanto à auditoria de regularidade em comento, conforme abaixo e conforme os pontos levantados.

A referida decisão reitera aquela realizada anteriormente e denominada como a de nº 5264/2016, documento [26411283](#), bem como o seu Relatório Final de Auditoria, documento [26447908](#). Realizada anteriormente, esta foi plenamente respondida pelas áreas técnicas competentes desta Casa - no caso de planejamento, gestão, execução e fiscalização da oferta de alimentação escolar, pela DIAE e pelas suas gerências - ao que a atual Decisão nº 2639/2019 reitera apenas os pontos anteriormente não atendidos por esta Secretaria de Estado - ao que percebeu-se que muitas das pendências outrora encontradas já não existem mais -, e a necessidade de encaminhamentos quanto aos pontos ainda não atendidos segundo a ótica daquele Tribunal.

No que se refere às pendências apresentadas pela Decisão nº 2639/2019, aquele Tribunal solicita considerar, em relação à Decisão nº 5264/2016, na "Tabela 7 - Avaliação de itens da Decisão nº 5264/2016 e sugestões", ao que cabem as respostas técnicas por parte desta Diretoria de Alimentação Escolar - DIAE, os itens "II.b", "II.d", "II.e" e "III.r". Em relação aos itens apontados, seguem abaixo as explicações técnicas concernentes a esta área técnica.

a) II.b, para que no prazo de 90 (noventa) dias instaure tomada de contas especial para a identificação dos responsáveis e a quantificação do prejuízo objeto dos contratos listados no Quadro 8 do Relatório Final de Auditoria (peça 46), haja vista as evidências de sobrepreço apontadas;

O anexo [29392004](#) é a comprovação da tramitação do processo físico nº 080.014.196/2016, por parte desta Diretoria de Alimentação Escolar - DIAE, visando com que houvesse a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE pelas áreas técnicas competentes desta Casa quanto aos contratos apresentados nas Tabelas 20 e 23 da Decisão nº 5264/2016 e no Quadro 8 da Informação nº 06/2019 - DIASP2. É possível perceber, conforme a tramitação, que o referido processo não foi redirecionado à área técnica específica para instauração de Tomada de Contas Especial, sendo esta a Corregedoria de Educação - CORREG. No entanto, percebe-se seu envio ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, com posterior devolução a esta Casa (constando como "sem conferência dos 12 volumes

processuais); sua tramitação pela Unidade de Controle Interno - UCI desta Secretaria; e, ue id, seu envio ao Arquivo desta Casa, sem a percepção de necessidade de envio à CORREG para nova instrução.

Neste sentido, foi solicitado, por meio do processo eletrônico [00080-00181627/2019-82](#), o encaminhamento do referido processo do Arquivo a DIAE para sua análise e, onde for de sua competência, deliberação e encaminhamento. Tal solicitação foi realizada para se ter vistas aos autos e subsequente informe ao TCDF sobre o andamento da peça processual. Após vistas, percebe-se que o referido processo foi encaminhado ao Arquivo sem que chegasse a ser tramitado à Corregedoria de Educação - CORREG, o que aconteceu de maneira eletrônica por meio deste presente processo. Assim, a CORREG expõe em suas considerações no despacho [6562477](#) com sua iniciativa de realização da Tomada de Contas Especial - TCE quanto aos processos litados na supracitada decisão do TCDF, bem como os instrui a partir do seu despacho [7256860](#) para os processos físicos nº 080.004.381/2017; nº 080.003.511/2014 e nº 080.003.650/2012, .

No entanto, é imperioso estabelecer que os dois primeiros processos acima listados **não são relacionados à aquisição de gêneros alimentícios. Salvo tenha havido um erro de digitação de números de processos ou coisa do tipo, eles não são objetos da análise do TCDF frente ao Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal - PAE-DF. Assim, os processos a serem analisados e que devem ter Tomadas de Contas Especial - TCE abertas são os nº 080.004.381/2014 e 080.003.650/2012, ambos de assinatura com a empresa Juno Veloso Vidal dos Santos Eireli. O processo 080.003.511/2014 não é relacionado à aquisição de gêneros e/ou tem qualquer relação com o PAE-DF.**

Além de tal, torna-se imperioso realizar Tomada de Contas Especial - TCE relacionada aos Contratos nº 64/2013, assinado com a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma - CAMNPAL; nº 76/2013, com a Cooperativa de Comércio e Reforma Agrária Avante LTDA - COANA; nº 131/2013, com a Cooperativa Agropecuária de Campo Grande - COOPERAGRO; e nº 93/2014, com a Safra Remix Comercial de Alimentos e Equipamentos LTDA, conforme o Quadro 8 da Decisão nº 5264/2016 do TCDF.

O processo relacionado ao Contrato nº 76/2013 assinado entre esta Secretaria de Estado e a COANA para o fornecimento de arroz branco polido está em fase de instrução de relatório final por parte da senhora executora suplente conforme última orientação por parte da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG desta Casa, visando ciência e embasamento da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF para acionamento da Cooperativa em juízo para quitação de pendências financeiras para com a Secretaria de Educação, ao que explicita-se o caso mais abaixo no próximo tópico.

Assim, não sendo de competência desta área técnica a instrução voltada para o início de tal procedimento de Tomada de Contas Especial - TCE, **sugere-se à CORREG a sua instrução, onde for de sua competência**, visando atendimento à decisão aqui em comento.

b) II.d, no que concerne ao ressarcimento dos custos de distribuição dos gêneros alimentícios "arroz" e "farinha de mandioca";

Conforme já explicitado por esta DIAE, por meio do processo físico 080.014.196/2016 desta Casa e especialmente ao despacho nº 91/2017 - DIAE/CAED/SIAE/SEEDF presente àquela junta de peças, foi elaborado cronograma de reposição imediata dos gêneros alimentícios pendentes por meio de documentação expedida por esta Diretoria e pelas suas gerências. Não restou, de tal forma, necessidade de reposição dos gêneros listados às tabelas 29.2 e 33 da Decisão nº 5264/2016, ao que tem-se como parcialmente atendida a referida solicitação do TCDF à época. No entanto, no entendimento do Tribunal, há a necessidade de que se regularize as pendências identificadas nas Tabelas 29.2 e 33 do Relatório Final de Auditoria anteriormente apresentado.

No que se refere ao gênero alimentício arroz branco, o processo físico nº 080.004.917/2013 é a peça processual por meio da qual tramitou a contratação do gênero juntamente a Cooperativa de Comércio e Reforma Agrária Avente - COANA. Após várias tratativas e envios de documentações para com a empresa, a ponto de que esta realizasse pagamentos devidos quanto à falta

de reposição de gêneros alimentícios nas Unidades Escolares e quanto ao uso da empresa prestadora do serviço de transporte de gêneros para tal, quando deveria fazê-lo diretamente nas escolas, resta apenas que a **Cooperativa recebeu as notificações e as ignorou, sem realizar qualquer dos pagamentos a que foi submetida por esta Casa.**

Instrução processual realizada por esta DIAE no supracitado processo físico, sendo o despacho físico nº 121/2018 - DIAE/CAED/SIAE/SEEDF, de 24 de setembro de 2018, relata que o Ofício nº 103/2017 - DIAE/CAED/SIAE/SEEDF foi meio de notificação juntamente à Contratada, informando-a sobre pagamento de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela Gerência de Execução Financeira - GEF desta Casa, no valor total de **R\$ 8.105,26 (oito mil, cento e cinco reais e vinte e seis centavos)**, bem como quanto à necessidade de depósito em conta da, à época, Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal no valor total de **R\$ 14.698,20 (catorze mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte centavos)**. A Contratada foi notificada e não se manifestou. Assim, por instrução da Subsecretaria de Administração Geral - SUAG, novamente e agora por meio do Ofício nº 157/2018 - DIAE/CAED/SIAE/SEEDF notificou-se a empresa, conforme código de Aviso de Recebimento "JT793990370BR", ao que novamente a Cooperativa não se pronunciou como solicitado.

Após isto, a DIAE solicitou orientação a respeito de como se proceder em relação à demanda em comento, ao que recebeu a indicação de realização de relatório final de execução do Contrato nº 76/2013, com informações sobre créditos ou débitos financeiros do acordo em questão e posterior tramitação para ação de cobrança pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF. Tal solicitação está em andamento enquanto se elabora o citado relatório final de execução e há junta de documentação comprobatória dos imbrólios apresentados que municiem a PGDF quanto à questão em aberto.

Quanto ao gênero farinha de mandioca, este tem no processo físico nº 080.005.189/2013 a instrução relacionada à aplicação de penalidade em desfavor da Cooperativa Agropecuária de Campo Grande - COOPERAGRO por inexecução parcial do Contrato nº 131/2013, com pendências relacionadas à falta de reposição de gêneros descartados por conta de contaminação. Assim sendo, tem-se junto ao anexo [29399085](#) a tramitação do referido processo, onde percebe-se que ele encontra-se com carga na Subsecretaria de Administração Geral - SUAG desde a data de 10/01/2019, tendo sido a última manifestação desta DIAE juntamente ao processo ainda 02 de fevereiro de 2018, quando realizou sua última contribuição aos autos e o remeteu para providências. Neste caso, salienta-se a necessária tramitação do processo para decisão relacionada à aplicação de penalidade ou não em desfavor da Cooperativa e resolução do pleito.

De tal maneira, ressalta-se que os esforços necessários por parte desta área técnica estão sendo realizados para cumprimento das demandas solicitadas pelo TCDF. No entanto, os pleitos apresentados não são totalmente de competência desta DIAE e/ou dependem de esforços de outras áreas técnicas para resolução.

c) II.e, no que tange às pendências de regularização de divergências quantitativas no estoque central, descritas na Tabela 3 da Informação 06/2019 - SEASP/DIASP2 (peça 155);

O documento presente ao anexo [29471015](#) demonstra o Inventário de Material de Almoxarifado do exercício de 2015, no qual consta a relação dos saldos de estoques relacionados aos gêneros alimentícios não perecíveis que se encontravam no depósito de alimentos sob cuidados das áreas técnicas competentes desta Diretoria de Alimentação Escolar - DIAE. A tabela 3 da Informação nº 06/2019 - DIASP2, documento presente ao anexo [26269899](#), lista que, por análise do corpo técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, haveria divergências relacionadas aos itens *macarrão parafuso* e *biscoito cream cracker* - e somente estes, frente a todos os outros analisados -, uma vez que considerou-se que as manifestações desta Secretaria de Estado teriam se dado posteriormente ao momento de auditoria - nas datas de 17 de março de 2016 e 04 de julho de 2016, respectivamente. O fato de a manifestação desta SEDF se dar posteriormente ao momento de auditoria está relacionada ao

fato de ser necessário o encerramento de um exercício para posterior realização de inventário físico concernentes àquele exercício, o que levou à realização pouco tempo depois do final do ano de 2015.

Com manifestação do corpo técnico de que ambas situações devem ser analisadas posteriormente em sede de monitoramento, é necessário explicitar que:

1) No que se refere ao *macarrão parafuso*, pontua-se que foi instruído durante o ano de 2015 o processo físico de apuração de responsabilidade nº 080.003.290/2015 a respeito da discrepância entre os estoques físico e lógico existente no Sistema SIGMA.Net. O referido processo, com manifestação de anterior gerente da GEAGAL (atualmente Gerência de Controle e Distribuição da Alimentação Escolar - GCDAE) com equivocada informação sobre a contagem de estoque físico quanto ao gênero em comento, tramitou nesta Secretaria de Estado **sem que se comprovasse qualquer diferença entre os dois valores e saldos existentes**. Tal informação, reitera-se, já havia sido prestada à análise do TCDF nas respostas anteriores por parte desta DIAE como área técnica responsável desta Secretaria de Estado.

2) Em relação ao gênero biscoito *cream cracker*, não houve em relação aos inventários prévios e/ou quanto às manifestações do TCDF qualquer necessidade de apresentação de justificativa, uma vez que não havia, à época, qualquer discrepância apontada entre os estoques físico e lógico deste gênero - enquanto havia apontamentos para outros gêneros. O relatório final de auditoria [26447908](#) apresentado pelo TCDF mostra em sua tabela 42 as discrepâncias apresentadas pela GEAGAL, no mesmo caso acima descrito quanto ao item *macarrão parafuso*, sem que se citasse o gênero aqui tratado. Com a apresentação dos inventários relacionados aos exercícios de 2016 e 2017 juntamente aos documentos [6023844](#) e [6023919](#) resta claro que as diferenças relacionadas aos outros itens foram sanadas, enquanto não houve o que se falar em relação ao item biscoito *cream cracker*. Isto pode ser mais uma vez reafirmado conforme a apresentação dos inventários dos exercícios aqui listados.

Desde 2017, segundo orientação de órgãos de controle e por determinação da antiga Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG-DF, atualmente Secretaria de Estado de Economia - SEEC-DF, sob a Ordem de Serviço nº 06, de 06 de abril de 2017, são realizados inventários trimestrais de acompanhamento de estoques físico e lógico de gêneros alimentícios a cargo da GCDAE e desta DIAE, sem com que se encontrasse divergências nos valores e saldos nos estoque de alimentos desde então.

d) VII, para que, no prazo de 90 (noventa) dias, elabore e encaminhe ao Tribunal Plano de Ação para implementação de determinação constante ao item III, alínea 'r', da Decisão nº 5264/2016, contendo cronograma completo de ações, conforme modelo apresentado no Anexo I do Relatório de Auditoria (peça 46).

Atualmente encontra-se em desenvolvimento pelas áreas técnicas competentes desta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF o Sistema de Alimentação Escolar - SAE a ser incorporado como aba do Sistema iEducar, já implementado na rede pública de ensino distrital para atendimento de alunos, professores, gestores, Unidades Escolares e níveis regionais e central de gestão da educação na rede pública.

O processo eletrônico SEI-GDF nº [00080-00140408/2018-62](#) é aquele designado para registro das reuniões relacionadas ao desenvolvimento do referido Sistema e hoje tal demanda está sob comando da Gerência de Normas e Planejamento de Tecnologia da Informação, da Subsecretaria de Inovação e Tecnologia Pedagógica e de Gestão - SINOVA, a qual está desenvolvendo o segundo módulo relacionado ao Sistema de Alimentação Escolar - SAE. As referidas reuniões têm a participação da equipe técnica da Diretoria de Alimentação Escolar - DIAE e da Gerência de Planejamento e Educação Alimentar - GPEA e visam construir um sistema integrado de informações pedagógicas, administrativas e de natureza da alimentação escolar, todas usando um mesmo Sistema e banco de dados, para possibilitar as melhorias necessárias na gestão lógica e física da execução do Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal - PAE-DF.

Até o presente momento, no entanto, não há nenhuma atualização a respeito da possibilidade de uso devido do referido Sistema, uma vez que sua implementação ainda depende de finalização de trabalhos por parte das áreas técnicas competentes para cruzamento e aproveitamento de dados por parte da execução da alimentação escolar. A DIAE e as suas gerências estão à disposição da SINOVA e das demais áreas técnicas para contribuir de maneira efetiva na realização do Sistema, afinal, há um enorme interesse no uso da ferramenta, que acrescentaria em demasia às rotinas laborais destes setores.

Nesta seara, no que tange à realização do referido Plano de Ação conforme o item III, alínea "r" da Decisão nº 5264/2016 do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, **não é de competência desta área técnica estabelecer o plano de ação para desenvolvimento da ferramenta**, ao que, conforme sejam necessárias as contribuições deste setor, o andamento do projeto será estimulado pela necessidade de se ajustar informações, dados e execução do PAE-DF e, assim, solicita-se a SINOVA seu pronunciamento técnico e profissional quanto à possibilidade de atendimento.

De tal maneira, realizadas as explicitações técnicas por parte desta DIAE conforme solicitação [26600504](#) desta Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional - SIAE, encaminhamos os autos a esta SIAE para sua ciência, deliberação e posterior encaminhamento à Unidade de Controle Interno - UCI de acordo com os apontamentos presentes ao despacho [26405723](#), obedecido o prazo disponível para encaminhamento por parte desta área técnica, com disponibilidade para todos os esclarecimentos que se fizerem necessários posteriormente.

Respeitosamente,

KELEN CRISTIANE GONÇALVES PEDROLLO

Diretora de Alimentação Escolar



Documento assinado eletronicamente por **KELEN CRISTIANE GONCALVES PEDROLLO - Matr. 00308498, Diretor(a) de Alimentação Escolar**, em 09/10/2019, às 16:38, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **29521226** código CRC= **2E8FF4D3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SEPN 511 Bloco C Ed. Bittar III - CEP 70.750-543 - DF